



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE, RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 91.566.851/0001-51, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Danilo Salvalaggio**, que no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, **COMUNICA**, aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, visando a **contratação de empresa para realização dos serviços relacionados à segurança e medicina do trabalho em conformidade com as normas regulamentadoras do ministério do trabalho e previdência e geração dessas informações ao e-Social**, conforme descrito abaixo no Item 1 – DO OBJETO. Os envelopes de nº **01 – PROPOSTA DE PREÇOS** e de nº **02 – DOCUMENTAÇÃO**, deverão ser entregues, para o Pregoeiro e sua equipa de apoio, no Setor de Licitações, junto a Secretaria Municipal de Administração, localizado na sede administrativa deste Município, sito à Avenida Dos Imigrantes, nº 037, Centro, cidade de São Jorge/RS, CEP 95.365-000. O credenciamento para participar do presente processo licitatório deverá ser feito até o horário de início do certame. O início dos trabalhos da presente licitação, está marcada para o dia **30 de agosto de 2023, às 09h00min**, onde serão recebidos os envelopes de nº 01 PROPOSTA e envelope de nº 02 – DOCUMENTAÇÃO. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 350, de 09 de junho de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e LC nº. 123/06.

1 – DO OBJETO

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO
1	12 meses	<p>* PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – NR 01 – Portaria SEPRT Nº 6.730, de 09 de março de 2020;</p> <ul style="list-style-type: none">- Antecipação e reconhecimento dos riscos;- Prioridades e metas de avaliação e controle;- Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;- Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;- Monitoramento da exposição aos riscos;- Registro e divulgação dos dados;- Outros procedimentos necessários. <p>* LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho –</p>



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

	<p>NR 15 – Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991;</p> <ul style="list-style-type: none">- Tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou integridade física do trabalhador;- Conclusão sobre aposentadoria especial. <p>* LI – Laudo de Insalubridade – NR 15 – Portaria 3214 e LP – Laudo de Periculosidade – NR16;</p> <ul style="list-style-type: none">- O laudo é embasado na legislação brasileira em específico a NR 15 da Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 e seus 14 anexos e na CLT artigo 189 e 190, visando determinar se o local de trabalho é insalubre;- A periculosidade encontra-se disciplinada nos arts. 193 a 197 da CLT e na Lei n. 7.369/85.- Conclusão de adicional de insalubridade e/ou periculosidade. <p>* PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – NR 07 – Portaria 3214/78;</p> <ul style="list-style-type: none">- Toda a identificação referente ao órgão Municipal, incluindo o ramo de atividade (de acordo com o quadro I da NR4) e grau de risco, além do número de trabalhadores, quantas horas e quantos turnos são trabalhados;- Sua definição tendo base nas atividades e processos de trabalho, verificados e auxiliados pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e também o mapeamento de riscos;- Um programa anual de exames rotineiros e específicos para os riscos existentes na Prefeitura, secretarias e locais de trabalho dos servidores, definindo quais trabalhadores serão submetidos, bem como a periodicidade destes exames;- Administrar a Medicina no Trabalho. <p>* PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário – NR 07 e NR 09 – É regulamentado por Instruções Normativas do INSS e pela lei 8213/91 artigo 54;</p> <ul style="list-style-type: none">- Preenchimento e envio do documento quando necessário (Demissão e Aposentadoria), inclusive de colaboradores que trabalharam no período anterior a elaboração do laudo, para comprovar a perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as condições de trabalho de um colaborador, para habilitá-lo ou não aos benefícios trabalhistas; <p>* Assessoria, Cursos e Treinamentos;</p> <ul style="list-style-type: none">- Assessoria semanal realizada por Técnico em Segurança do Trabalho, sendo realizada através de 02 (duas) visitas semanais, as mesmas divididas em dois turnos: das 07:30h as 11:00 h nas terças-feiras e das 14:30hrs as 17:00 h nas sextas-feiras;- Controle de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) através de ficha de controle individual, para cada servidor. Controle quanto a utilização correta dos EPI's;- Treinamento referente a Norma Regulamentadora nº 06 (equipamento de proteção individual - EPIs), quanto a utilização,
--	---



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

	<p>guarda e conservação dos materiais;</p> <ul style="list-style-type: none">- Relatórios semanais emitidos por técnico em segurança do trabalho, relacionados aos projetos e serviços desenvolvidos durante o período;- DS (diálogo de segurança) abordando assuntos relacionados a área de segurança do trabalho;- Implantação de Ordens de Serviço, conforme Norma Regulamentadora nº 01 (Disposições Gerais);- Treinamentos conforme diretrizes da NR 32-Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde em todo local onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos;- Curso de Higienização no Ambiente de Trabalho (todas as secretarias) – NR 24, carga horária 4h para 10 servidores;- APH (Atendimento Pré Hospitalar) – Resolução CFM Nº 1.529/98, carga horária 16 h para 20 servidores da secretaria da saúde;- Curso de Perfuro cortante (Secretaria da Saúde) – NR 32, carga horária 4 h para 31 servidores;- Curso de Primeiros Socorros (para todas as secretarias) – NR 07 – Portaria Nº 24 do MET, de 29 de dezembro de 1994, carga horária 4h (cada turma) para 132 servidores, dividido as turmas por secretaria;- Treinamento de primeiros socorros para os servidores lotados na Secretaria da Educação, conforme Lei Lucas – Lei Lucas Nº 13.722, de outubro de 2018, carga horária 8 h (cada turma) para 55 servidores, dividido em 2 turmas;- Curso de máquinas pesadas, para a Secretaria de Obras e agricultura – NR 12, carga horária 40 h para 10 servidores;- Brigada de Emergência – NR 23 – NBR 14276, carga horária 20 h para 35 servidores;- Treinamento de Trabalho em Altura – NR 35, carga horária 8h para 10 servidores;- Estabelecer procedimento permanente de fiscalização, sobre as atividades das empresas terceirizadas, contratadas pelo município, tendo poderes de interdição de máquinas, processos de trabalho e ou demais atividades das empresas, controlando também toda a documentação nos quesitos Segurança e Medicina do Trabalho (PGR, LTCAT, PCMSO, ASO, Treinamentos de acordo com as atividades desenvolvidas, procedimentos de trabalho, ordens de serviço e demais documentos aplicáveis, conforme exigências dos órgãos competentes MTE, MPT). <p>* Administrar e enviar os eventos do E-social (EVENTOS S-2210, S-2220, S-2240).</p> <ul style="list-style-type: none">- Criado por meio do decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014. Trata-se de um sistema do governo que unifica o envio das informações de seus empregados e estagiários, tais como:<ul style="list-style-type: none">- Exames Admissionais;- Exames Periódicos;- Exames de Mudança de Riscos;- Exames de Retorno ao Trabalho;- Exames Demissionais;
--	--



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

		<ul style="list-style-type: none">- PPP (Perfil_Profissiográfico_Previdenciário);- CAT (Comunicado de Acidentes do Trabalho);- Treinamentos.
--	--	--

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1- Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE/RS.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2023
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE: (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE/RS.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2023
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (NOME COMPLETO)**

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1. Em ambos os casos (b1 e b.2) o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa (cópia do contrato social ou estatuto social devidamente registrado);

Observação 2. Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

c). É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

c.1) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, previstos nos art. 42 a 45, deverão entregar, no credenciamento Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório, de que se enquadra



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional emitida via internet, no site do Conselho Regional de Contabilidade.

OBS.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou retirados Via Internet, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem os requisitos de habilitação (modelo anexo II). Esta Declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes. A não apresentação deste anexo impedirá a empresa de participar do Pregão, nos termos do § 4º, inciso VII da lei fed. 10.520, de 17/07/2002;

4.3.1. O não atendimento ao solicitado no item 3.5 acima será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais, não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.

4.3.2. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender o item 3.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 dias úteis, art. 43, § 1º da LC 123, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

I - Entende-se por restrição:

- a) Certidão Positiva de qualquer esfera ou documento que comprove débito;
- b) Informação fiscal do contribuinte em débito (Receita Federal);



c) Consulta de Regularidade das Contribuições Previdenciárias em débito (INSS).

4.3.3. O benefício de que trata o item anterior não eximirá o proponente, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.3.4. O prazo de que trata o item 4.3.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.3.5. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.3.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5 – PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. A proposta comercial será apresentada em uma via, contendo dados necessários à identificação do licitante, não pode ter emendas e/ou rasuras, de forma legível, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante credenciado e contendo obrigatoriamente:

a) preço pelo objeto ofertado, nos quais deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos e demais encargos relacionados com o objeto desta Licitação.

b) fica facultado a utilização da tabela contida no (modelo anexo IV) deste Edital para preenchimento da proposta escrita.

5.2. A apresentação das propostas implica na aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos:

a) validade das condições da proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta (art. 64, §3º da Lei Federal 8666/93).

5.3. Os valores cotados deverão ser apresentados com duas casas após a vírgula, observando-se que o descumprimento dessa determinação implicará no aproveitamento da proposta dentro destes limites, não sendo permitido arredondamentos;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

5.4. A proposta, uma vez aberta vincula o licitante, obrigando-o a fornecer o produto cotado. Caso contrário o infrator será punido nos termos constantes no presente Edital e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, artigos 42 a 49;

6.1.2. No caso de empate quando as propostas forem apresentadas por microempresas ou EPPs, será assegurado como critério de desempate, preferência na contratação para as Microempresas e as EPPs, nas situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço (art. 44, § 2º da LC 123/2006).

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 2 (dois) minutos para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o Menor, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos

6.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Administração deste Município.

6.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados em seus originais, ou por fotocópia previamente autenticada em cartório ou por servidor do município. Os documentos retirados via Internet, deverão ser apresentados, preferencialmente, no original, sendo eles:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;



e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.3 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falências e recuperação judicial emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante, com data de emissão não superior a trinta dias.

7.1.5 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante, emitido por empresa privada ou órgão público que comprove o fornecimento de serviços compatíveis com o objeto ora licitado, devidamente registrado no CREA.

b) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

b.a. Caso a licitante vencedora apresente certidão expedida por Conselho de outra região, cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverá apresentar a respectiva certidão com o visto do CREA-RS no ato da assinatura do contrato.

c) Comprovação de a empresa possuir em seu quadro permanente, na data prevista para abertura do certame, engenheiro de segurança do trabalho, técnico ou tecnólogo em segurança do trabalho, reconhecido (s) como tal pelo CREA e devidamente registrados no referido Conselho, com capacidade técnica para se responsabilizar pela execução do objeto licitado.

c.a. A comprovação acima citada poderá ser feita por uma das seguintes formas:

1º) mediante cópia do contrato social da empresa, em se tratando de sócio; ou,

2º) mediante cópia da CTPS em se tratando de empregado da empresa; ou,

3º) mediante contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, no caso de profissional autônomo; ou,

4º) mediante certidão do registro do profissional no CREA, como responsável técnico pela licitante.

d) Comprovação de a empresa possuir em seu quadro permanente, na data prevista para abertura do certame, responsável técnico, de nível superior, reconhecido (s)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

como tal pelo CRM (médico), devidamente registrado (s) no referido Conselho, com capacidade técnica para se responsabilizar pela execução do objeto licitado.

d.a. A comprovação de o licitante possuir em seu quadro permanente, profissional de Medicina do Trabalho – nível superior, poderá ser feita por uma das seguintes formas: 1º) mediante cópia do contrato social da empresa, em se tratando de sócio; ou,

2º) mediante cópia da CTPS em se tratando de empregado da empresa; ou,

3º) mediante contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, no caso de profissional autônomo; ou,

4º) mediante certidão do registro do profissional no CRM, como responsável técnico pela licitante.

e) O Responsável Técnico mencionado na alínea anterior (médico) deverá apresentar Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em segurança do trabalho.

f) Comprovação de a empresa possuir em seu quadro permanente, na data prevista para abertura do certame, um ergonomista, mediante a apresentação de certificado, com capacidade para a execução do objeto licitado.

f.a. A comprovação de o licitante possuir em seu quadro permanente, profissional ergonomista, poderá ser feita por uma das seguintes formas:

1º) mediante cópia do contrato social da empresa, em se tratando de sócio; ou,

2º) mediante cópia da CTPS em se tratando de empregado da empresa; ou,

3º) mediante contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, no caso de profissional autônomo.

g) Certidão de Acervo Técnico - CAT, com registro de Atestado de Capacidade Técnica, em nome do Responsável Técnico pela licitante, expedido pelo CREA, comprovando que o mesmo já executou, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obra de características semelhantes à do objeto desta Licitação.

7.1.6 DECLARAÇÕES

a) Declaração da empresa de que não possui em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos, conforme Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, e inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal, inclusive no art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações, assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo em anexo VI.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

b) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, Declaração de Inidoneidade e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme modelo em Anexo VII;

7.2 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

7.3 - Será inabilitada a empresa cujo envelope “documentos” contiver referências ao conteúdo do envelope “propostas”.

7.4 - Ao final da(s) sessão(ões), realizada(s) em ato público, será lavrada ata, devidamente assinada por todos os presentes, com a verificação da conformidade de cada proposta ao Edital, julgamento e classificação dos mesmos;

7.5 - É facultado à Prefeitura Municipal de São Jorge/RS, em qualquer fase da Licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8 – DA ADJUDICAÇÃO

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS

10.1- Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará os vencedores para assinarem o contrato, cuja minuta segue em anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

10.2- O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3- Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e realizar negociação conforme disposto no art. 27, §3º, do Decreto 5.450/05, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

11. DO LOCAL, FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Os Serviços desta licitação deverão ser prestados, 02 (duas) visitas semanais, as mesmas divididas em dois turnos: das 07:30h as 11:00 h nas terças-feiras e das 14:30hrs as 17:00 h nas sextas-feiras, e ainda conforme solicitação da Secretaria da Administração, podendo também os trabalhos serem complementados junto a sede da contratada.

12. DAS PENALIDADES

12.1- Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, limitado a 05 dias, após o qual será considerado inexecução contratual, no caso de suspensão ou paralisação do fornecimento dos serviços;
- f) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 ano;
- g) multa de 12% (doze por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 anos, independente da aplicação das sanções civis e penas cabíveis.
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- i) O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente contrato: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

12.2- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.3. A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

12.4. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.5. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.

12.6. Será facultado ao licitante o prazo de 05(cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência das situações previstas.

13- DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1- Constituirão motivos para a rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo, além das já citadas:

- a) razões de interesse público;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e relatório de atividades e serviços prestados no mês subsequente.

14.1.1. Nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil e de acordo com a tese fixada no Tema nº. 1130 da Repercussão Gera do STF que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Administração Municipal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I da Constituição Federal, nas contratações de empresas enquadradas no sistema de lucro presumido ou lucro real, será observado o disposto no art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 e também a Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, devendo a empresa destacar o valor a ser retido, na respectiva Nota Fiscal, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 2º da IN 1234/2012.

14.2. Não serão concedidos sob qualquer hipótese adiantamentos de recursos financeiros sob qualquer título.

14.3. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a) no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como na execução do objeto.

15. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

15.1. O contrato a ser firmado com o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos no art. 65, incisos II, suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, desde que requerido pela CONTRATADA, e documentalmente comprovado o desequilíbrio contratual.

15.2. Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16- DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

16.1- No valor cotado deverão estar inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais incidentes sobre os quais serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive oriundos de reclamações trabalhistas, indenizações, danos materiais, morais, responsabilidade civil perante terceiros e próprios funcionários da empresa CONTRATADA.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

17.1- As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta de dotações próprias do exercício financeiro de 2023 conforme segue:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

03.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.2005 – 0001 35 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente Edital.

17.2- Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

17.3- Não serão admitidos, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

17.4- Só terá direito a usar da palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações e recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitação.

17.5- Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a documentação, não serão admitidos à licitação, os participantes retardatários.

17.6- A fiscalização das normas estabelecidas neste Edital será realizada por representante da Secretaria Municipal de Administração, indicado pelo Prefeito Municipal.

17.7- No contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas previstas no Artigo 85 e a possibilidade de rescisão do contrato, conforme determinado nos Artigos 77 e 78 da Lei N° 8.666/93;

17.8- Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores);

17.9- Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São Jorge/RS, setor de Administração, sito na Avenida dos Imigrantes, nº 37, Centro, cidade de São Jorge/RS, ou pelo fone/fax (54) 3271-1112, no horário compreendido entre as 08h00min, e 17h00min, preferencialmente, com



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

17.10- Questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Administração.

17.11- Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

17.12- Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

17.13- Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

17.14- Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Prata/RS, para dirimir eventuais litígios decorrentes do presente Pregão Presencial.

São Jorge/RS, 17 de agosto de 2023.

DANILO SALVALAGGIO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Maria Luiza Nunes Manfredi
Secretária de Administração

Este edital se encontra examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em 17/08/2023.

Assessor Jurídico



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de São Jorge/RS, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 021/2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)

(preferencialmente, em papel timbrado, datilografado ou impresso por meio eletrônico)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

DECLARAÇÃO DE QUE PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARO na condição de representante da Empresa

_____, estabelecida na Cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, que estou ciente das condições do Edital de Pregão Presencial nº 021/2023, e cumprindo plenamente todas as condições e requisitos exigidos no referido certame.

São Jorge/RS, ____/____ de _____

Nome:

CPF:

Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE/RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023.

DECLARO para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, está enquadrada como _____ (Microempresa/EPP), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei. Outrossim declaro que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

_____, ____ de _____ 2023.

Nome:

CRC:

Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

FORMULÁRIO PROPOSTA

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

Propomos o valor abaixo pelo produto, conforme segue:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	12 meses	<p>* PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – NR 01 – Portaria SEPRT Nº 6.730, de 09 de março de 2020;</p> <ul style="list-style-type: none">- Antecipação e reconhecimento dos riscos;- Prioridades e metas de avaliação e controle;- Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;- Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;- Monitoramento da exposição aos riscos;- Registro e divulgação dos dados;- Outros procedimentos necessários. <p>* LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – NR 15 – Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991;</p> <ul style="list-style-type: none">- Tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou integridade física do trabalhador;- Conclusão sobre aposentadoria especial. <p>* LI – Laudo de Insalubridade – NR 15 – Portaria 3214 e LP – Laudo de Periculosidade – NR16;</p> <ul style="list-style-type: none">- O laudo é embasado na legislação brasileira em específico a NR 15 da Portaria 3214 de 08 de junho de		



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

	<p>1978 e seus 14 anexos e na CLT artigo 189 e 190, visando determinar se o local de trabalho é insalubre;</p> <ul style="list-style-type: none">- A periculosidade encontra-se disciplinada nos arts. 193 a 197 da CLT e na Lei n. 7.369/85.- Conclusão de adicional de insalubridade e/ou periculosidade. <p>* PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – NR 07 – Portaria 3214/78;</p> <ul style="list-style-type: none">- Toda a identificação referente ao órgão Municipal, incluindo o ramo de atividade (de acordo com o quadro I da NR4) e grau de risco, além do número de trabalhadores, quantas horas e quantos turnos são trabalhados;- Sua definição tendo base nas atividades e processos de trabalho, verificados e auxiliados pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e também o mapeamento de riscos;- Um programa anual de exames rotineiros e específicos para os riscos existentes na Prefeitura, secretarias e locais de trabalho dos servidores, definindo quais trabalhadores serão submetidos, bem como a periodicidade destes exames;- Administrar a Medicina no Trabalho. <p>* PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário – NR 07 e NR 09 – É regulamentado por Instruções Normativas do INSS e pela lei 8213/91 artigo 54;</p> <ul style="list-style-type: none">- Preenchimento e envio do documento quando necessário (Demissão e Aposentadoria), inclusive de colaboradores que trabalharam no período anterior a elaboração do laudo, para comprovar a perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as condições de trabalho de um colaborador, para habilitá-lo ou não aos benefícios trabalhistas; <p>* Assessoria, Cursos e Treinamentos;</p> <ul style="list-style-type: none">- Assessoria semanal realizada por Técnico em Segurança do Trabalho, sendo realizada através de 02 (duas) visitas semanais, as mesmas divididas em dois turnos: das 07:30h as 11:00 h nas terças-feiras e das 14:30hrs as 17:00 h nas sextas-feiras;- Controle de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) através de ficha de controle individual, para cada servidor. Controle quanto a utilização correta dos EPI's;- Treinamento referente a Norma Regulamentadora nº 06 (equipamento de proteção individual - EPIs), quanto a utilização, guarda e conservação dos materiais;- Relatórios semanais emitidos por técnico em		
--	--	--	--



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

	<p>segurança do trabalho, relacionados aos projetos e serviços desenvolvidos durante o período;</p> <ul style="list-style-type: none">- DS (diálogo de segurança) abordando assuntos relacionados a área de segurança do trabalho;- Implantação de Ordens de Serviço, conforme Norma Regulamentadora nº 01 (Disposições Gerais);- Treinamentos conforme diretrizes da NR 32-Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde em todo local onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos;- Curso de Higienização no Ambiente de Trabalho (todas as secretarias) – NR 24, carga horária 4h para 10 servidores;- APH (Atendimento Pré Hospitalar) – Resolução CFM Nº 1.529/98, carga horária 16 h para 20 servidores da secretaria da saúde;- Curso de Perfuro cortante (Secretaria da Saúde) – NR 32, carga horária 4 h para 31 servidores;- Curso de Primeiros Socorros (para todas as secretarias) – NR 07 – Portaria Nº 24 do MET, de 29 de dezembro de 1994, carga horária 4h (cada turma) para 132 servidores, dividido as turmas por secretaria;- Treinamento de primeiros socorros para os servidores lotados na Secretaria da Educação, conforme Lei Lucas – Lei Lucas Nº 13.722, de outubro de 2018, carga horária 8 h (cada turma) para 55 servidores, dividido em 2 turmas;- Curso de máquinas pesadas, para a Secretaria de Obras e agricultura – NR 12, carga horária 40 h para 10 servidores;- Brigada de Emergência – NR 23 – NBR 14276, carga horária 20 h para 35 servidores;- Treinamento de Trabalho em Altura – NR 35, carga horária 8h para 10 servidores;- Estabelecer procedimento permanente de fiscalização, sobre as atividades das empresas terceirizadas, contratadas pelo município, tendo poderes de interdição de máquinas, processos de trabalho e ou demais atividades das empresas, controlando também toda a documentação nos quesitos Segurança e Medicina do Trabalho (PGR, LTCAT, PCMSO, ASO, Treinamentos de acordo com as atividades desenvolvidas, procedimentos de trabalho, ordens de serviço e demais documentos aplicáveis, conforme exigências dos órgãos competentes MTE, MPT). <p>* Administrar e enviar os eventos do E-social (EVENTOS S-2210, S-2220, S-2240).</p> <ul style="list-style-type: none">- Criado por meio do decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014. Trata-se de um sistema do governo que unifica o envio das informações de seus		
--	---	--	--



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

		empregados e estagiários, tais como: <ul style="list-style-type: none">- Exames Admissionais;- Exames Periódicos;- Exames de Mudança de Riscos;- Exames de Retorno ao Trabalho;- Exames Demissionais;- PPP (Perfil_Profissiográfico_Previdenciário);- CAT (Comunicado de Acidentes do Trabalho);- Treinamentos.		
--	--	--	--	--

_____ / _____ /2023.

Assinatura e Carimbo

Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 – Proposta)



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE/RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob nº 91.566.851/0001-91, com sede na Avenida dos Imigrantes, nº 37, Bairro Centro, cidade de São Jorge/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Danilo Salvalaggio, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº, com sede, neste ato representado pelo, portador do CPF sob nº, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de fornecimento de, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

Cláusula Primeira: A presente contratação decorre da adjudicação à CONTRATADA, em virtude do processo licitatório nº 083/2023, modalidade de Pregão Presencial 021/2023, para contratação de empresa para realização dos serviços relacionados à segurança e medicina do trabalho em conformidade com as normas regulamentadoras do ministério do trabalho e previdência e geração dessas informações ao e-Social.

DAS NORMAS APLICÁVEIS

Cláusula Segunda: A execução do contrato será de conformidade com as cláusulas e condições avençadas e com as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, as quais sujeitam-se os contratantes.

Cláusula Terceira: Na sua generalidade, inclusive nos casos omissos, o presente contrato reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

DO OBJETO



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Cláusula Quarta: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para realização dos serviços relacionados à segurança e medicina do trabalho em conformidade com as normas regulamentadoras do ministério do trabalho e previdência e geração dessas informações ao e-Social, com desempenho das seguintes atividades:

* PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – NR 01 – Portaria SEPRT Nº 6.730, de 09 de março de 2020;

- Antecipação e reconhecimento dos riscos;
- Prioridades e metas de avaliação e controle;
- Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- Monitoramento da exposição aos riscos;
- Registro e divulgação dos dados;
- Outros procedimentos necessários.

* LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – NR 15 – Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

- Tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou integridade física do trabalhador;
- Conclusão sobre aposentadoria especial.

* LI – Laudo de Insalubridade – NR 15 – Portaria 3214 e LP – Laudo de Periculosidade – NR16;

- O laudo é embasado na legislação brasileira em específico a NR 15 da Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 e seus 14 anexos e na CLT artigo 189 e 190, visando determinar se o local de trabalho é insalubre;
- A periculosidade encontra-se disciplinada nos arts. 193 a 197 da CLT e na Lei n. 7.369/85.
- Conclusão de adicional de insalubridade e/ou periculosidade.

* PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – NR 07 – Portaria 3214/78;

- Toda a identificação referente ao órgão Municipal, incluindo o ramo de atividade (de acordo com o quadro I da NR4) e grau de risco, além do número de trabalhadores, quantas horas e quantos turnos são trabalhados;
- Sua definição tendo base nas atividades e processos de trabalho, verificados e auxiliados pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e também o mapeamento de riscos;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

- Um programa anual de exames rotineiros e específicos para os riscos existentes na Prefeitura, secretarias e locais de trabalho dos servidores, definindo quais trabalhadores serão submetidos, bem como a periodicidade destes exames;

- Administrar a Medicina no Trabalho.

* PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário – NR 07 e NR 09 – É regulamentado por Instruções Normativas do INSS e pela lei 8213/91 artigo 54;

- Preenchimento e envio do documento quando necessário (Demissão e Aposentadoria), inclusive de colaboradores que trabalharam no período anterior a elaboração do laudo, para comprovar a perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as condições de trabalho de um colaborador, para habilitá-lo ou não aos benefícios trabalhistas;

* Assessoria, Cursos e Treinamentos;

- Assessoria semanal realizada por Técnico em Segurança do Trabalho, sendo realizada através de 02 (duas) visitas semanais, as mesmas divididas em dois turnos: das 07:30h as 11:00 h nas terças-feiras e das 14:30hrs as 17:00 h nas sextas-feiras;

- Controle de entrega dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) através de ficha de controle individual, para cada servidor. Controle quanto a utilização correta dos EPI's;

- Treinamento referente a Norma Regulamentadora nº 06 (equipamento de proteção individual - EPIs), quanto a utilização, guarda e conservação dos materiais;

- Relatórios semanais emitidos por técnico em segurança do trabalho, relacionados aos projetos e serviços desenvolvidos durante o período;

- DS (diálogo de segurança) abordando assuntos relacionados a área de segurança do trabalho;

- Implantação de Ordens de Serviço, conforme Norma Regulamentadora nº 01 (Disposições Gerais);

- Treinamentos conforme diretrizes da NR 32-Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde em todo local onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos;

- Curso de Higienização no Ambiente de Trabalho (todas as secretarias) – NR 24, carga horária 4h para 10 servidores;

- APH (Atendimento Pré Hospitalar) – Resolução CFM Nº 1.529/98, carga horária 16 h para 20 servidores da secretaria da saúde;

- Curso de Perfuro cortante (Secretaria da Saúde) – NR 32, carga horária 4 h para 31 servidores;

- Curso de Primeiros Socorros (para todas as secretarias) – NR 07 – Portaria Nº 24 do MET, de 29 de dezembro de 1994, carga horária 4h (cada turma) para 132 servidores, dividido as turmas por secretaria;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

- Treinamento de primeiros socorros para os servidores lotados na Secretaria da Educação, conforme Lei Lucas – Lei Lucas Nº 13.722, de outubro de 2018, carga horária 8 h (cada turma) para 55 servidores, dividido em 2 turmas;
- Curso de máquinas pesadas, para a Secretaria de Obras e agricultura – NR 12, carga horária 40 h para 10 servidores;
- Brigada de Emergência – NR 23 – NBR 14276, carga horária 20 h para 35 servidores;
- Treinamento de Trabalho em Altura – NR 35, carga horária 8h para 10 servidores;
- Estabelecer procedimento permanente de fiscalização, sobre as atividades das empresas terceirizadas, contratadas pelo município, tendo poderes de interdição de máquinas, processos de trabalho e ou demais atividades das empresas, controlando também toda a documentação nos quesitos Segurança e Medicina do Trabalho (PGR, LTCAT, PCMSO, ASO, Treinamentos de acordo com as atividades desenvolvidas, procedimentos de trabalho, ordens de serviço e demais documentos aplicáveis, conforme exigências dos órgãos competentes MTE, MPT).

* Administrar e enviar os eventos do E-social (EVENTOS S-2210, S-2220, S-2240).

- Criado por meio do decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014. Trata-se de um sistema do governo que unifica o envio das informações de seus empregados e estagiários, tais como:

- Exames Admissionais;
- Exames Periódicos;
- Exames de Mudança de Riscos;
- Exames de Retorno ao Trabalho;
- Exames Demissionais;
- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);
- CAT (Comunicado de Acidentes do Trabalho);
- Treinamentos.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Quinta: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$

Cláusula Sexta: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e relatório de atividades e serviços prestados no mês subsequente.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Parágrafo Primeiro: As empresas que recolhem IRPJ deverão, obrigatoriamente, discriminar na nota fiscal o valor a ser recolhido, para fins de retenção junto ao Município (IRRF), sob pena de indeferimento do documento fiscal para adequações e suspensão do pagamento enquanto pendente de correção, conforme INRFB nº 1.234 de 2012.

Parágrafo Segundo: A nota fiscal deverá conter todas as informações tributárias discriminadas e individualizadas, para fins de retenção, conforme o caso, sob pena de indeferimento do documento fiscal para adequações e suspensão do pagamento enquanto pendente de correção

Parágrafo Terceiro: Não serão concedidos sob qualquer hipótese adiantamentos de recursos financeiros sob qualquer título.

DO REEQUILÍBRIO

Cláusula Sétima: Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, incisos II, alínea “d”, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, será concedido reequilíbrio econômico financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documentalmente comprovado o desequilíbrio contratual.

DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula Oitava: Os serviços serão prestados junto a sede da Contratante ou em local por ela determinado.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Nona: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo por prazo máximo previsto na legislação, em caso de renovação será aplicado o IPCA ocorrido no período anterior a renovação.

DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

Cláusula Décima: O presente contrato vincula-se em suas cláusulas e condições aos teores do Pregão Presencial e da proposta do licitante vencedor ora contratado.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Cláusula Décima Primeira: A CONTRATADA obriga-se ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições avençadas no presente contrato.

Cláusula Décima Segunda: A CONTRATADA é responsável direta pelos danos causados ao CONTRATANTE decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, praticados por seus empregados, profissionais e prepostos.

Cláusula Décima Terceira: Caberá a CONTRATADA o pagamento dos encargos sociais decorrentes da presente contratação.

Cláusula Décima Quarta: A CONTRATADA obriga-se a promover as alterações que se fizerem necessários, objetivando adequar os materiais ao exigido no processo licitatório.

DAS ALTERAÇÕES E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula Décima Quinta: O presente termo contratual poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos nos art. 65, incisos I e II, e suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94.

Parágrafo Único: Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

DAS PENALIDADES

Cláusula Décima Sexta: Administração, no uso de suas prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e parágrafo primeiro ao terceiro da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente contrato ou com a proposta apresentada.

Cláusula Décima Sétima: Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à Contratada, multa em razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do contrato, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2(dois) dias úteis e no máximo 5(cinco) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada à pena prevista no inciso III, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

I - Recusa injustificada em disponibilizar o objeto, num prazo de até 05(cinco) dias contados da assinatura do contrato.

II - No caso de suspensão ou paralisação do fornecimento do objeto sem motivo justificado.

III - O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente contrato.

IV - Quando comprovado que o objeto não corresponderá ao especificado na proposta, obrigar-se-à a empresa contratada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou e parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, sob pena de a contratante não considerar cumprida a obrigação.

Cláusula Décima Oitava: A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula Décima Nona: As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Vigésima: Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, conforme o art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

- a) Advertência;
- b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento de qualquer cláusula do contrato, dobrável no caso de reincidência.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada.

Cláusula Vigésima Primeira: As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Cláusula Vigésima Segunda: As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Cláusula Vigésima Terceira: Será facultado ao licitante o prazo de 05(cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência das situações previstas.

Cláusula Vigésima Quarta: Constituem motivo para rescisão do presente contrato, no que forem cabíveis, as causas enumeradas no art. 78, seus incisos e parágrafos, na forma do art. 79 e 80, da lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

Cláusula Vigésima Quinta: No valor do objeto está incluído todos os impostos, taxas e encargos incidentes sobre os mesmos, que serão de integral responsabilidade do licitante contratado.

DA QUALIDADE DOS MATERIAIS

Cláusula Vigésima Sexta: O objeto deverá obedecer às normas técnicas, sendo vedada a sua modificação ou a alteração, cabendo a CONTRATADA a promoção de correções que se apresentarem necessárias de acordo com as determinações do órgão técnico da Prefeitura Municipal.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima: A Secretaria Municipal de Administração, através de seu corpo técnico realizarão a fiscalização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Vigésima Oitava: As despesas decorrentes do presente contrato, correrão à conta da dotação orçamentária, prevista para o exercício de 2023, anexada no processo licitatório.

DO FORO

Cláusula Vigésima Nona: As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Prata/RS, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não resolvidas pelas vias administrativas.

E, por estarem as partes justas e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, para um único efeito na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jorge/RS, aos xxxxx dias do mês de xxxxxx de 2023.

Danilo Salvalaggio
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

Testemunhas:

1)-----

2)-----



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023

**MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e inciso XXXIII do artigo 7º da C.F, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A _____ empresa
_____, inscrita no
CGC/CNPJ sob nº _____._____._____/_____-_____ através de seu Responsável
Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou
contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2023.

Representante Legal
assinatura